

RECENSÕES

The Last Word, de Thomas Nagel. Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press, 1997, 147 pp., £16.99

Thomas Nagel, autor de *The View From Nowhere* e *What Does it all Mean?* (trad. port.: *Que quer dizer tudo isto?* Gradiva, col. Filosofia Aberta) oferece-nos em *The Last Word* um livro que sintetiza, de uma forma inteligente e clara, os argumentos disponíveis no combate ao relativismo. Segundo Nagel, o relativismo é responsável pelo «crescimento da já extrema preguiça intelectual da cultura contemporânea». Sublinhe-se que não se trata de um ataque directo ao relativismo do tipo continental, embora este esteja presente como «fonte de irritação e pano de fundo» ao longo do livro; trata-se, sim, de uma resposta a posições relativistas sugeridas por autores como Hume, Kant e Wittgenstein e, mais recentemente, por autores como W. V. Quine, Nelson Goodman, Hilary Putnam, Bernard Williams e Richard Rorty.

The Last Word pretende talvez, como o título indica, ser a última palavra no debate contemporâneo entre subjectivismo/relativismo e objectivismo/racionalismo. Por subjectivismo, Nagel entende a doutrina de que o mundo é, de alguma forma, construído pelo sujeito (no singular ou no plural). Por relativismo, Nagel entende a doutrina de que a razão e os seus métodos são relativos ao sujeito (no singular ou no plural). Por objectivismo, Nagel entende a doutrina de que existe uma realidade objectiva independente do sujeito. Por racionalismo, Nagel entende a doutrina de que existe uma razão universal independente do sujeito e mesmo independente da espécie.

A estratégia de Nagel é apresentar o seu ataque ao subjectivismo em dois passos principais. Num primeiro passo, Nagel mostra que qualquer relativismo ou subjectivismo *radical* é necessariamente ininteligível. Num segundo passo, Nagel mostra que as posições parcialmente subjectivistas só podem ser avaliadas quando confrontadas com as suas rivais objectivistas. O ataque ao relativismo e subjectivismo radicais é feito nos capítulos sobre a linguagem e sobre a lógica. O ataque às posições *parcialmente* subjectivistas é

Disputatio 3, Novembro 1997

feito nos capítulos sobre a ciência e sobre a ética. Por fim, Nagel ataca ainda o uso abusivo da hipótese evolucionista, como outra forma de subjectivismo ininteligível.

Contra a ideia de que a primeira pessoa está por detrás de tudo o que dizemos ou pensamos, Nagel propõe a defesa de uma razão objectiva e universal. Esta ideia não implica que a razão produza certezas ou seja infalível; ao invés, Nagel propõe como característica essencial da razão o seu carácter geral ou ambição de universalidade. Nos ataques à razão feitos pelos subjectivistas é necessário distinguir entre desafios filosóficos gerais à objectividade da razão e desafios a exemplos particulares de raciocínio, desafios que não põem em causa a razão.

Os desafios radicais à razão podem ser respondidos com dois argumentos principais. No primeiro argumento, Nagel mostra que a acusação relativista radical não pode ser coerentemente feita: a afirmação de que tudo é subjectivo não faz sentido, pois, por um lado, não pode ser objectiva, visto que seria falsa se fosse verdadeira; por outro lado, não pode ser subjectiva, visto que, nesse caso não excluiria as pretensões objectivistas. No segundo argumento, Nagel mostra que a razão é uma forma ou categoria de pensamento que só pode ser posta em causa por si mesma; isto porque é utilizada na formulação de qualquer desafio a si mesma e, como tal, a sua validade é incondicional. Muito embora estes argumentos protejam a razão de uma crítica radical, dizem pouco acerca do âmbito da razão. Este pode ainda ser austero, resumindo-se a alguns princípios lógicos e pouco mais, ou rico, incluindo métodos fortes de justificação empírica e vários tipos de raciocínios práticos e justificações morais.

No capítulo sobre a linguagem, Nagel nota que a ideia comum de linguagens como práticas humanas e produtos culturais que diferem uns dos outros tem estado na origem de alguns ataques relativistas à razão. Estes ataques pressupõem, segundo Nagel, que é a linguagem que constrói ou dá origem ao pensamento. Esta ideia está errada pois, segundo Nagel, o pensamento é anterior à linguagem e qualquer linguagem capaz de expressar a racionalidade é necessariamente composta por um sistema de conceitos racionais específicos. Sendo assim, a linguagem é vista como algo que é essencialmente um instrumento para o pensamento e a sua função é ajudar a formulação e transmissão do pensamento. Nagel não exclui a ideia de existirem conceitos específicos de linguagens particulares, com raízes puramente locais, mas diz que estes não são os conceitos que caracterizam a racionalidade.

dade. Uma outra ameaça à racionalidade na área da linguagem é o cepticismo acerca do significado (Wittgenstein). Este cepticismo, afirma Nagel, não pode ser coerentemente defendido, pois necessita de algumas palavras com significado para ser formulado. Os ataques cépticos à linguagem caem assim na classificação de subjectivismo ininteligível.

O subjectivismo acerca da lógica é outro exemplo de subjectivismo radical ininteligível. Embora possamos estar errados acerca de alguns princípios lógicos, estes só podem ser avaliados ao nível da lógica; ou seja, a lógica não pode ser posta em causa por disciplinas menos fundamentais, como a psicologia ou a biologia; isto porque estas disciplinas têm como parte da sua construção os próprios princípios lógicos. Uma concepção minimalista da razão, para incluir algo, tem de incluir os princípios lógicos básicos. A lógica faz parte das formas de pensamento que não podem ser postas em dúvida de forma inteligível, pois está presente em todas as tentativas de se pensar sobre o que quer que seja. Não é possível ser-se céptico acerca das ideias básicas da lógica sem imediatamente nos auto-contradizermos através da utilização dessas ideias na argumentação céptica e subjectivista. É necessário distinguir aqui entre cepticismo lógico e cepticismo epistemológico, visto que este último não é auto-contraditório — e é este que deve ser enfrentado nos ataques subjectivistas à ciência.

Os ataques subjectivistas não radicais não são auto-contraditórios, mas só podem ser avaliados quando confrontados com as posições objectivistas rivais. A decisão acerca da objectividade ou subjectividade da ciência tem de ter feita desta forma. A ciência, segundo Nagel, é candidata a formar parte da razão, pois uma das suas características é a procura do universal. Isto está patente no facto de, para testarmos as nossas argumentações científicas, perguntarmos se elas são aplicações de princípios universalmente válidos, procurando contra-exemplos.

A objectividade da ciência pode ser defendida em dois passos. Primeiro, partimos da ideia da existência de uma realidade objectiva onde se incluem os nossos pontos de vista subjectivos. Segundo, para justificar a procura da universalidade, temos de tornar credível a procura pela ordem e alguns dos métodos que identificam essa ordem. A ideia de uma realidade objectiva é algo que não podemos evitar, mesmo que a não saibamos especificar. A ideia de ordem, embora dê origem a excessos como a astrologia ou outras superstições, pode ainda ser avaliada. Segundo Nagel, a ideia de ordem é uma consequência directa da ideia de uma realidade objectiva independente

de observações e observadores particulares. Mesmo a ideia de um só objecto visto pelo mesmo observador em duas situações diferentes implica alguma forma de regularidade; dois observadores implicam ainda mais regularidade; e a ideia de um acontecimento não observado e ainda semelhante aos já observados implica ainda mais regularidade.

Uma objecção subjectivista à ideia de ordem é a de que a necessidade de ordem é apenas uma necessidade psicológica nossa. A esta objecção, Nagel responde que, se for levada a sério como hipótese, é desacreditada pelos padrões que se propõe desafiar. Uma outra objecção é a de que a definição daquilo que constitui a ordem depende da nossa avaliação, dos nossos padrões de semelhança. A esta objecção, Nagel responde que só podemos identificar uma semelhança como semelhança só para nós se mostrarmos que ela não está sistematicamente relacionada com outras observações regulares. Se as regularidades que observamos se mostram sistematicamente relacionadas umas com as outras, como é o caso das regularidades observadas pela ciência, então não há razão para questionar este padrão de semelhança. Por fim, o sucesso generalizado da ciência moderna é um sinal da sua objectividade.

A tese mais arrojada defendida por Nagel neste livro é a da objectividade da ética e a da sua inclusão no campo da razão. A objectividade do raciocínio ético não depende da existência de uma referência externa mas da capacidade de chegarmos a crenças morais usando métodos fidedignos através dos quais seja possível seleccionar entre hipóteses rivais. A característica essencial deste tipo de pensamento é a de ser um pensamento normativo e não descritivo. É esta característica que permite descartar a maior parte dos ataques subjectivistas feitos ao pensamento moral. Objecções como a de que os nossos princípios morais são defendidos por nós porque nos foram ensinados, não bloqueiam a pretensão de objectividade moral, visto que não impedem a questão normativa; ou seja, o facto de acreditarmos em algo só porque nos foi ensinado não diz nada acerca do estatuto dessa crença.

Outra acusação comum é a de que a objectividade da moral é destronada pelo facto de haver culturas com crenças morais muito diferentes. A esta objecção podemos de novo responder que ela não bloqueia a questão normativa. A objecção mais séria à possibilidade do pensamento moral é, segundo Nagel, a objecção humeana. Segundo Hume, por detrás de cada motivo para a acção está uma paixão imune à racionalidade e, como tal, a razão

prática não pode existir. Nagel pensa que esta é uma tese bastante duvidosa acerca da psicologia humana, visto que, embora as paixões estejam na origem de algumas razões, também as razões estão na origem de algumas paixões e, se isto for possível, a razão prática é também possível.

Por fim, a ética pode ser candidata a ser incluída no leque do pensamento racional visto que a resposta à questão normativa pode ter como alvo ideal a universalidade, desde que se reconheça que todas as pessoas têm um valor objectivo. Só reconhecendo o valor objectivo das pessoas pode a ética aspirar a princípios universais que se apliquem a todos e a cada um.

O último capítulo tem como título «O Naturalismo Evolucionista e o Medo da Religião». O racionalismo, afirma Nagel, tem sempre um sabor mais religioso do que o empirismo pois, em certa medida, requer uma harmonia entre a mente e o mundo. O medo da religião — não o medo de religiões particulares, mas o medo de qualquer explicação com alguma semelhança com a explicação religiosa — levou ao «abuso ridículo da biologia evolucionista para explicar tudo acerca da vida, incluindo a mente humana». O evolucionismo tenta eliminar características como a finalidade e o significado, transformando-as em epifenómenos gerados acidentalmente por processos que podem ser explicados por leis não teleológicas. Uma análise evolucionista da razão é inaceitável, pois não nos dá garantias para confiarmos nos resultados da ciência ou da matemática. Para além disso, é difícil compreender que papel teria a razão na sobrevivência (muitas espécies sobreviveram bem sem ela). Por fim, a própria teoria evolucionista depende da razão e, como tal, a objectividade da teoria evolucionista depende da objectividade da razão.

A proposta de Nagel pretende conciliar a razão com a evolução, pondo a hipótese de que a selecção natural tenha operado sobre uma base de possibilidades biológicas limitadas, entre elas a racionalidade (não sendo esta um resultado ocasional da selecção natural). Desta forma, a razão não é um resultado da evolução e pode ser considerada objectiva, podendo a teoria evolucionista ser preservada.

No tratamento de todas estas questões (linguagem, lógica, ciência, ética e naturalismo evolucionista), Nagel confronta detalhadamente argumentos de Descartes, Kant, Wittgenstein, Peirce, Bernard Williams e Robert Nozick. Ao longo do livro, Nagel vai sublinhando que a oposição entre relativismo e racionalismo é difícil de superar pois cada parte tem de usar métodos que estão a ser postos em causa pela outra parte e, por isso, parece não poder ser

resolvida. Mas Nagel mostra que há uma saída para este impasse, visto que, perante uma proposta subjectivista, temos de continuar a pensar e, ao fazermos isto, derrotamos essa proposta: ao pensarmos nela usamos inevitavelmente os métodos racionais que estão a ser postos em causa por ela. Mas isto é inevitável, pois a única maneira de convencer as pessoas a terem em conta uma proposta é propor-lhes que pensem nela.

A proposta racionalista defendida por Nagel não é uma expressão de um qualquer dogmatismo idiota; pelo contrário, a mensagem principal é a de que temos de nos responsabilizar pelos nossos pensamentos e argumentar a favor das nossas ideias: «Uma vez chegados ao mundo para a nossa estadia temporária, não temos alternativa senão tentar decidir em que acreditar e como viver, e a única maneira de fazer isto é tentar decidir como as coisas são e o que está certo».

Sara Farmhouse Bizarro
Mestrado em Filosofia da Linguagem e da Consciência
Dep. de Filosofia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Cidade Universitária, 1699 Lisboa Codex
slb220@is4.nyu.edu

The Oxford Dictionary of Philosophy, de Simon Blackburn. Oxford: Oxford University Press, 1994. 408 pp. £19.99 / £6.99 (trad. port. Gradiva, 1997)

The Cambridge Dictionary of Philosophy, org. por Robert Audi. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. 882 pp. £55 / £17.95

A Dictionary of Philosophy, org. por Thomas Mautner. Oxford: Blackwell, 1996. 482 pp. £25 (reimpresso como *Penguin Dictionary of Philosophy*, 1997, 641 pp. £7.99)

A Dictionary of Philosophy, de A. C. Lacey. Londres: Routledge, 1996 (3.^a edição). 386 pp. £8.99

O dinamismo editorial e académico são indicadores, obviamente relacionados entre si, do valor e universalidade de uma cultura. Os três dicionários de filosofia que acabaram de ser editados (e o quarto que foi agora reeditado) constituem indícios seguros da vitalidade da cultura filosófica analítica. Destes quatro dicionários, os mais marcadamente analíticos são os de Lacey e Blackburn, apesar de todos emanarem claramente de uma cultura